DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

ABORDAGENS SOCIOLÓGICAS E A QUESTÃO TERRITORIAL

SOCIOLOGICAL APPROACHES AND A TERRITORIAL ISSUE

Carolina Galvanese
Doutora em Planejamento e Gestão do Território (UFABC). Docente da Universidade Federal do ABC. Pesquisadora do Cebrap-Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, carolina.galvanese@ufabc.edu.br

Arilson Favareto
Doutor em Ciência Ambiental (USP). Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC/PPGPGT). Pesquisador do Cebrap-Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, arilson.favareto@ufabc.edu.br

Resumo

O texto analisa a incorporação do território ao pensamento sociológico e discute se o chamado "giro territorial" representa apenas a ampliação de um objeto de estudo ou sinaliza uma transformação epistemológica mais profunda. A trajetória reconstruída parte dos clássicos da sociologia, que abordaram o espaço de forma indireta, passa pela consolidação das sociologias urbana e rural e alcança, a partir dos anos 1970, abordagens que tratam o espaço como produto social e dimensão ativa das relações de poder. Lefebvre, Harvey e Bagnasco são referências centrais desse deslocamento, posteriormente ampliado por estudos sobre desenvolvimento territorial, conflitos socioambientais, ruralidades, efeitos de lugar, estigmatização territorial e implementação de políticas públicas. O argumento central é que o território deixou de ser concebido como simples cenário das dinâmicas sociais para ser entendido como estrutura constitutiva das práticas, desigualdades, identidades e disputas. No período contemporâneo, essa perspectiva articula escalas locais e extralocais, relações entre rural e urbano, natureza, economia, cultura e poder. O texto conclui propondo a hipótese de uma transição de paradigmas: embora existam inovações conceituais importantes, a construção de uma verdadeira teoria territorial dependeria de maior integração interdisciplinar e da reconfiguração das fronteiras tradicionais entre as ciências sociais no interior das ciências humanas contemporâneas.

Palavras-chave: Pensamento sociológico; giro territorial; epistemologia das ciências sociais; conflitos socioambientais.

Abstract

The text examines the incorporation of territory into sociological thought and asks whether the so-called "territorial turn" represents merely the expansion of a research object or signals a deeper epistemological transformation. The reconstruction begins with classical sociology, where space appeared mostly indirectly, moves through the consolidation of urban and rural sociology, and reaches approaches emerging from the 1970s onward that treat space as a social product and an active dimension of power relations. Lefebvre, Harvey, and Bagnasco are central references in this shift, later expanded by studies on territorial development, socio-environmental conflicts, ruralities, place effects, territorial stigmatization, and public policy implementation. The main argument is that territory has ceased to be understood simply as the setting in which social processes unfold and has increasingly been conceived as a constitutive structure of practices, inequalities, identities, and disputes. Contemporary perspectives connect local and extra-local scales, rural and urban relations, nature, economy, culture, and power. The text concludes by proposing the hypothesis of a paradigm transition: although important conceptual innovations have emerged, the construction of a genuinely territorial theory would require stronger interdisciplinary integration and a reconfiguration of the traditional disciplinary boundaries that historically separated the study of culture, economy, power, and nature.

Keywords: Sociological thought; territorial turn; epistemology of social sciences; socio-environmental conflicts.

Introdução

No Brasil, até o fim do século XX, não existia uma tradição forte de estudos ou de políticas territoriais. É somente na virada para o século XXI que proliferam programas de pós-graduação que trazem a questão territorial em suas denominações oficiais (gestão territorial, planejamento territorial, desenvolvimento territorial. É também nesse mesmo período que começam a ser desenhadas políticas públicas explicitamente organizadas em torno de questões territoriais (Programas estaduais ou federais como Territórios da Cidadenia, Territórios de Identidade, ou estratégias de territorialização de políticas governamentais. Esse fenômeno não se restringe ao Brasil (Berdegué, Christian, Favareto, 2019). Uma das principais inovações promovidas nas ciências humanas e sociais. em organismos de cooperação internacional, e na formulação de políticas publicas, nesse período, é a disseminação do adjetivo territorial em pesquisas e análises aplicadas a diferentes fenômenos (Galvanese, 2021). A categoria território já era utilizada há bem mais tempo em disciplinas como a antropologia e, principalmente, na geografia (Haesbaert, 2005). Mas seus usos foram ampliados significativamente para o conjunto das ciências humanas e sociais. E houve uma importação da abordagem territorial para o campo das políticas públicas, com a proliferação de programas e políticas que trazem o adjetivo territorial (Favareto & Lotta, 2022). Paralelamente ocorreram correspondentes atualizações nos dispositivos institucionais da prática científica: foram criados inúmeros eventos científicos, revistas especializadas e programas de pós-graduação que, cada um à sua maneira, também buscaram expressar esse posicionamento da questão territorial como objeto privilegiado de esforços científicos. Tudo isso representa uma virada importante – um giro territorial (Soja, 1989; Favareto, 2024) – que atingiu três dimensões fundamentais do campo científico (Giorgi & Favareto, 2024): a dimensão epistemológica, com novos enfoques e investimentos em pesquisa aplicada e aperfeiçoamento de quadros de análise; a dimensão institucional, com a criação de espaços de reprodução de uma comunidade dedicada aos temas territoriais; e a dimensão societal, com processos de influência recíproca entre a comunidade dos cientistas sociais dedicada aos estudos territoriais, e outras esferas da vida social que usam esses conhecimentos para suas práticas ou que, inversamente, pressionam o campo científico a buscar respostas para seus problemas.

Esse giro territorial tomou forma diferente em cada uma das disciplinas das ciências humanas e sociais. Porque em cada uma delas havia uma trajetória anterior, na qual temas correlatos aos fenômenos de natureza espacial já eram tratados – a questão agrária, a questão urbana, a questão regional, a questão ambiental. Isso deixas heranças que informam as novas práticas científicas. E porque seu amálgama em uma questão territorial confronta os grandes fundamentos teóricos e paradigmas que sustentavam, nessas disciplinas, a análise de diferentes fenômenos (Klink et al., 2015). Disso deriva uma pergunta importante, mas em grande medida negligenciada até aqui. A questão territorial representaria, então, apenas um novo objeto, a ser elucidado a partir dos quadros analíticos já estabelecidos; ou, diferente disso, os novos desafios teóricos obrigam a moldagem de uma nova epistemologia, erigida a partir das especificidades desse fenômeno novo – ou, se não exatamente novo, posto de maneira renovada à análise? Essa é a pergunta que motivou a elaboração das reflexões contidas nas próximas páginas, tendo por base a evolução e o estado atual do tema no âmbito de uma disciplina específica: a sociologia.

Território é uma categoria correlata a outras de natureza espacial, como região, paisagem, espaço e lugar. Na trajetória do pensamento sociológico, especificamente, as relações entre sociedade e essa natureza espacial de certos fenômenos estiveram presentes desde os primórdios, ainda que nem sempre de maneira explícita. Embora os fundadores da disciplina não tenham formulado uma teoria sistemática sobre o território, suas reflexões lançaram as bases para uma posterior compreensão sociológica do espaço como dimensão fundamental da vida coletiva. A problemática territorial – entendida aqui como a maneira pela qual as dinâmicas sociais, a um só tempo, se materializam, mas são também condicionadas pelo espaço – perpassou diferentes momentos da teoria sociológica, assumindo contornos distintos conforme os contextos históricos e as diferentes configurações do capitalismo ao longo do tempo. As próximas páginas buscam reconstituir a evolução desse debate, desde suas raízes nos clássicos da sociologia até os seus contornos contemporâneos, quando o território se impõe à análise não apenas como palco de manifestação de processos sociais ou como lugar de concretização de determinantes econômicos ou políticos como é mais comum na literatura atinente ao tema, mas como estrutura internalizada nas práticas sociais, nas estratégias de dominação, e nas formas de sociabilidade dos agentes.

Para isso, o percurso aqui traçado está organizado em quatro momentos principais. Primeiro, retomamos como os fundadores da sociologia – Marx, Weber e Durkheim – e autores clássicos como Georg Simmel abordaram, ainda que de modo indireto, a questão espacial e, principalmente, a vida social nas cidades diante do contexto de acelerada urbanização que marcou as origens da sociologia como disciplina científica. Em seguida, apresentamos as reflexões sociológicas que se voltaram à dimensão espacial durante a primeira metade do século XX, com ênfase na Escola de Chicago e

nas abordagens da sociologia urbana e rural, disciplinas que, naquele momento, ganhavam crescente destaque embora não apresentassem, ainda, um uso do território como categoria analítica. Na terceira parte exploramos a emergência de uma sociologia territorial propriamente dita, sob a influência das reflexões de Henri Lefebvre e David Harvey acerca da produção do espaço e seus desdobramentos para compreensão do território como produto ativo das relações sociais, no último terço do século passado. Também neste momento é dado destaque ao seminal livro de Arnaldo Bagnasco, sobre a chamada Terceira Itália, que, à mesma época, inaugurou uma rica geração de estudos sobre a heterogeneidade e os determinantes do desenvolvimento territorial em um mundo cada vez mais globalizado, com repercussões enormes para os usos dessa categoria no âmbito das políticas públicas e na abertura de um diálogo explícito com a ciência econômica no campo dos estudos do desenvolvimento. Na última parte abordamos algumas contribuições sociológicas mais recentes, nas quais o território é concebido como estrutura incorporada pelos agentes – como na ideia de "efeito lugar" de Pierre Bourdieu ou de estigma territorial tal com formulado por Loic Wacquant – e como arena de conflitos por apropriação e poder onde se disputam recursos, identidades e projetos políticos - como nos estudos que destacam a financeirização do espaço e da natureza, como o faz Maristella Svampa e outros autores.

Ao percorrer essa trajetória, o capítulo interroga se, e em que medida, a sociologia vem integrando o espaço e o território aos seus fundamentos teóricos, quais as eventuais inovações epistemológicas derivadas dessa incorporação e quais as novas questões de investigação que daí emergem. Se no século XIX o espaço era tratado como pano de fundo ou variável secundária, é impossível compreender as dinâmicas fundamentais do mundo contemporâneo – das desigualdades às lutas por poder, das identidades coletivas aos conflitos ambientais – sem uma sociologia que tome o território não como cenário ou espaço onde se projetam dinâmicas extra locais, mas como categoria constitutiva e estruturante da análise social. Compreender em que medida esse desafio vem sendo enfrentado pela teoria social contemporânea e quais as fronteiras de investigação que podem contribuir nesse sentido é, portanto, a ambição das próximas páginas.

Primórdios da questão territorial no pensamento sociológico

Desde cedo a sociologia se debruça, em alguma medida, sobre questões associadas ao espaço. Embora a sociologia do espaço, do território e disciplinas afins só tenham ganhado força e mais adeptos décadas depois, os autores clássicos já traziam, no final do século XIX e início do XX, elementos para a compreensão da dimensão espacial das relações e das práticas sociais. Friedrich Engels (1845) mostrou como a constituição da cidade industrial era um componente fundamental dos processos de concentração e superexploração dos trabalhadores na Inglaterra de sua época, com condições de vida marcadas por brutal precariedade e insalubridade. Émile Durkheim (1893, 1895, 1897) abordou o espaço de forma indireta, porém estrutural, integrando-o ao seu conceito de morfologia social – como um substrato material que condiciona as formas de solidariedade e organização coletiva – e à análise empírica do suicídio e seu vínculo com fenômenos como a urbanização e o isolamento rural. Karl Marx (1867), ao analisar a renda da terra e a acumulação primitiva, demonstrou como a apropriação do espaço é um mecanismo constitutivo da reprodução das relações capitalistas, e sua discussão sobre a propriedade fundiária e a expropriação camponesa revela o espaço como componente ativo na estruturação da dinâmica de reprodução do capital e das classes sociais. Max Weber (1921), por sua vez, destacou o papel do espaço urbano na formação de novas formas de associação e racionalidade, contrapondo a cidade medieval, como espaço de autonomia política e econômica, ao domínio feudal e evidenciando como mudanças sociais mais amplas são inseparáveis de uma dimensão territorial.

A despeito do pioneirismo dessas contribuições, elas permaneceram pontuais em uma trajetória disciplinar *"na qual a noção de espaço constituiu antes pressuposto do que objeto epistemológico próprio"* (Frehse, 2013). Como destacam Schroer (2008) e Frehse (2013), predominou na teoria sociológica um uso implícito de categorias espaciais, raramente problematizadas em sua especificidade analítica. O espaço foi frequentemente naturalizado como dimensão evidente, relegado à função de pano de fundo ou variável residual, sem exigir maior sistematização teórica. Esse tratamento marginal deriva, em parte, de uma reação da sociologia ao determinismo geográfico do século XIX, que atribuía ao espaço um papel causal quase absoluto na organização social, política e cultural das sociedades. Preocupada em negar reducionismos ambientais e em se consolidar como campo científico, a sociologia buscou corrigir um erro com outro erro e relegou o espaço a uma posição secundária, subordinada à primazia explicativa do "fato social". Também contribuiu para isso certa expectativa de homogeneização do capitalismo industrial, coerente com a ideia de uma sociedade de massas, na qual as particularidades tenderiam a ser solapadas pelo caráter envolvente das dinâmicas sociais e econômicas mais amplas. Seria apenas a partir dos anos 1970, não por acaso nos marcos da passagem para um capitalismo flexível ou pós-industrial, que o espaço ressurge como objeto de estudo privilegiado da sociologia, inicialmente por meio da teoria da produção do espaço de Lefebvre,

de Harvey sobre a produção capitalista do espaço, de Castells sobre a questão urbana, ou de autores latino-americanos dedicados à chamada produção da periferia, como se verá mais adiante.

É sobre a cidade e o espaço urbano que a sociologia clássica produziu, porém, a parte mais considerável de seu conhecimento sobre o território, em debates sobre a temática urbana e a conformação das cidades modernas, configurando o início das reflexões de um campo de estudos que, mais tarde, viria a se constituir como sociologia urbana, propriamente (Lemos, 2012). Essa centralidade do urbano fica particularmente clara na obra de Georg Simmel, cuja análise da vida metro-politana reflete sua experiência na Berlim da virada do século XIX para o XX – uma cidade que, em poucas décadas, transformou-se radicalmente, passando por intensa industrialização, crescimento populacional acelerado e profundas mudanças nas relações sociais (Waizbort, 2000). Simmel compreendia a metrópole moderna como o espaço privilegiado de manifestação das contradições fundamentais da modernidade, particularmente a tensão entre a emancipação individual e as forças objetivas da sociedade massificada.

Em “A Metrópole e a Vida Mental” (1903), ele demonstra como o ambiente urbano, com sua aceleração temporal, concentração de estímulos sensoriais e predominância da economia monetária, produz transformações profundas na subjetividade humana. O sociólogo alemão identifica na cidade grande um fenômeno psicológico característico que qualifica como “intensificação da vida nervosa”, resultante do intenso e contínuo fluxo de impressões sensoriais, interações fugazes e demandas cognitivas complexas. Para lidar com essa sobrecarga, o habitante metropolitano desenvolve uma atitude intelectualizada e blasé – um mecanismo de defesa que combina racionalização extrema e indiferença emocional (Kapp, 2011; Dias, 2012).

Simmel contrasta essa realidade com a vida em pequenas cidades ou no meio rural, onde a menor densidade de estímulos permitia um ritmo mais lento e relações sociais baseadas na afetividade e na tradição. Se nas comunidades menores a coesão social limita a liberdade individual mediante o controle comunitário, a metrópole oferece maior autonomia, mas à custa do anonimato e da atomização social. Essa liberdade paradoxal – conquistada pela impessoalidade, mas marcada pela solidão – revela o dilema central da modernidade: como conciliar individualização e pertencimento em um contexto de fragmentação social crescente. Ao analisar Berlim em transformação, Simmel anteviu os desafios psicológicos das metrópoles contemporâneas, onde a aceleração tecnológica e a cultura do efêmero radicalizam tais processos. Sua análise permanece atual precisamente por capturar a ambivalência da experiência urbana, a um só tempo espaço de emancipação e alienação, diversidade e padronização, liberdade e isolamento (Kapp, 2011; Dias, 2012).

A presença da cidade como objeto de reflexão no pensamento sociológico evidencia-se não apenas como tema empírico, mas como elemento constitutivo do imaginário teórico da disciplina (Frehse, 2012). A metrópole moderna, em Simmel, não é apenas um pano de fundo, mas um operador conceitual que explicita as tensões entre individualização e massificação, liberdade e anonimato, emoções e racionalização da vida cotidiana. Assim, mais do que um *locus* de investigação, a cidade representa importante categoria analítica que permite desvendar as dinâmicas da modernidade. A influência de Simmel ultrapassou as fronteiras alemãs, encontrando ressonância especialmente nos Estados Unidos, onde sua obra foi traduzida e amplamente difundida. A Escola de Chicago incorporou elementos fundamentais de sua abordagem, tornando-o referência fundadora para a sociologia urbana norte-americana, como mostramos a seguir.

A ilusão de mundo plano e os contornos da sociologia urbana e rural

O encontro de 1925 da American Sociological Society, que contou com a participação de expoentes da Escola de Chicago como Robert Park e Ernest Burgess, representa um marco decisivo no processo de consolidação da Sociologia Urbana enquanto campo disciplinar autônomo (Lemos, 2012). Como destaca Topalov (2008), esse evento pode ser interpretado como o momento fundador em que a disciplina adquire o estatuto de uma verdadeira “etiqueta científica”, ou seja, marcada pelo domínio sobre um tipo específico de conhecimento legitimado no âmbito acadêmico (Lemos, 2012). A partir de então, ainda que de forma não linear e permeada por disputas teóricas, a sociologia urbana começou a se estruturar como um campo científico, uma esfera social que pressupõe formas específicas de interesse e engajamento intelectual (Bourdieu, 1976). Esse processo de institucionalização envolveu o desenvolvimento de métodos de investigação, o refinamento de conceitos analíticos e a adoção de técnicas de pesquisa particulares, ao mesmo tempo em que demandou a criação de estruturas institucionais capazes de assegurar sua reprodução enquanto saber especializado e garantir solidez e reconhecimento a essa nova área do saber sociológico (Lemos, 2012).

A Escola de Chicago (1915-1935) estabeleceu os fundamentos da sociologia urbana através de estudos pioneiros baseados nos princípios da Ecologia Humana. Seus principais expoentes - como Robert Park (1929), que via a cidade como “laboratório social”, e Louis Wirth (1938), que desenvolveu o conceito de “urbanismo como modo de vida” – analisaram fenômenos urbanos como crescimento desordenado, assimilação cultural, questões

étnicas e delinquência juvenil. Esses estudos emergiram no contexto da rápida urbanização norte-americana, onde se observava uma tensão fundamental entre a comunidade rural, associada à tradição, e a sociedade urbana, associada à modernidade. A abordagem, fortemente informada pelas reflexões de Simmel, destacava que a constituição da vida na metrópole resultava da relação direta entre o aumento numérico e territorial de uma aglomeração e o aumento das interações e comunicações recíprocas entre os indivíduos que vivem neste mesmo espaço. É devido à extensão numérica e à intensidade das relações sociais que o modo de vida urbano ganha a sua especificidade relativamente à vida no campo. Concebida como um mosaico de territórios étnicos e sociais em constante competição espacial, a cidade era, portanto, mais do que uma aglomeração física, um "estado de espírito" cristalizado no conceito de "urbanidade", que sintetiza a arte peculiar de viver nas metrópoles modernas (Wirth, 1938).

Ao lado da interessante caracterização das cidades e do modo de vida urbano, as reflexões da Escola de Chicago levaram, indiretamente, a construções teóricas acerca do espaço rural e seus modos de vida, ao institucionalizarem uma matriz analítica fundamentada na dicotomia urbano-rural, ainda hoje presente nos debates rurais. A constituição da sociologia rural como campo autônomo insere-se neste contexto histórico-epistemológico, marcado pela emergência da oposição binária entre os espaços como forma hegemônica de compreensão das transformações sociais engendradas pelo capitalismo industrial até meados do século XX.

Na sociologia rural, duas tradições derivaram dessa oposição binária (Favareto, 2006). Uma delas tendo como fundamento a dicotomia entre o urbano e o rural, e herdeira de antagonismos formulados nos clássicos – como a oposição entre a solidariedade mecânica, derivada dos laços de conhecimento recíproco, e a solidariedade orgânica, apoiada na complementaridade obtida pelas complexas interações típicas de formações sociais marcadas pela impessoalidade e por elevada divisão social do trabalho, tal com formulada por Durkheim; ou pela antinomia entre comunidade, lugar da tradição, e sociedade, espaço típico da produção da modernidade, vinda de autores como Weber. Tem origem aí os chamados estudos de comunidade, praticados tanto por sociólogos como por antropólogos, nos quais a ênfase sempre cai sobre a tentativa de entender os modos de vida e a condição de relativa autonomia das localidades rurais, ainda que pressionadas pelas dinâmicas que vêm da sociabilidade urbana e da penetração de relações monetizadas e marcadas pela racionalização e pela competitividade, ameaçando a sociabilidade rural e fragilizando as relações de cooperação e reciprocidade. Nela, a relação com o urbano é vista como ameaça.

A segunda tradição, por sua vez, tem como fundamento a ideia de *continuum* urbano-rural. Nesse caso, a herança vem tanto do funcionalismo como de certas vertentes do marxismo, segundo as quais a dinâmica envolvente do capitalismo não deixaria margem à sobrevivência de tradições ou de outras formas sociais que não aquelas assumidas pela industrialização e pela urbanização. As realidades marcadas pela ruralidade também seriam, mais cedo ou mais tarde, subsumidas pelos mesmos conteúdos associados inicialmente à vida urbana. Trata-se não de um antagonismo, mas de um gradiente, no qual o polo do qual emana o conteúdo da vida social é o urbano, não restando aos fenômenos tipicamente rurais qualquer papel explicativo, já que seriam mera extensão do que tem origem nas cidades. Ainda se trata de uma oposição binária, mas cuja dinâmica se explica pelo predomínio gradual de um polo, o urbano, sobre outro, o rural.

Essa demarcação conceitual, que opunha o rural (associado à tradição, ao atraso e à periferia) ao urbano (símbolo da modernização, do progresso e do centro da dinâmica social e econômica do capitalismo), não apenas organizou o pensamento sociológico, como esteve na base das análises sociais hegemônicas sobre a transição para a modernidade e para o mundo urbano industrial ao longo de parte importante do século XX. Contudo, do ponto de vista da teoria sobre o espaço, essa abordagem dualista apresentava duas limitações principais.

Uma se refere a certa "essencialização" das categorias espaciais. Ao operar por meio de dicotomias rígidas ou de oposições binárias, ainda que não dicotômicas, as perspectivas da sociologia rural e urbana daquela época essencializavam o rural e o urbano como entidades mutuamente excludentes, negligenciando relações de interdependência e co-constituição entre eles e as inúmeras variações regionais e culturais que podem ser observadas nas diferentes configurações espaciais. A outra limitação está relacionada a um pressuposto de homogeneização espacial, presente também nos dois subcampos disciplinares naquele momento, mas igualmente em outras disciplinas como a economia e suas teorias da localização (Galvanese, 2021). Apoiada nas teorias da modernização, hegemônicas no auge do paradigma fordista, a sociologia dominante partia do pressuposto de uma progressiva uniformização dos territórios, resultado de uma ampla expectativa na modernização e convergência de modelos de desenvolvimento e de estilos de vida, e de uma concepção instrumental do espaço como palco passivo dos processos sociais. A urbanização acelerada e a expansão do capitalismo industrial pareciam sugerir uma uniformização progressiva do espaço, obscurecendo heterogeneidades e contradições territoriais. Foi apenas com as crises do fordismo e o questionamento dessas narrativas de progresso que a sociologia passou a se

debruçar sobre o espaço de maneira mais crítica – em um movimento que ganharia força a partir dos anos 1970 com abordagens que, como mostra a próxima seção, ressignificaram o espaço, denunciaram as assimetrias na produção dos territórios e revelaram as contradições do "projeto moderno" em sua manifestação espacial.

Produção do espaço e a heterogeneização territorial no mundo pós-industrial

Nos anos 70, um conjunto de autores inscritos na corrente marxista colocaram no centro da análise as dinâmicas do sistema capitalista em contexto urbano, tomando a cidade como expressão das contradições desse mesmo sistema. A sociologia urbana francesa, sob uma perspectiva crítica, passa a contestar vigorosamente as leituras prevalecentes até então. Grandes empresas e frações do aparelho de Estado, agentes das classes dominantes, são os atores principais da organização do território e da maneira de produzi-lo. Essa aliança objetiva controlar a reprodução da força de trabalho. O espaço passa ser visto como outra coisa além do simples suporte material das relações sociais que se definem em outra esfera. Esse é o momento em que a promessa da modernidade perde fôlego. Ao invés da prometida homogeneização e crescente expansão do bem-estar, começa a ficar claro que o capitalismo urbano e industrial havia produzido uma sociedade desigual e opressiva. Não só se mantiveram assimetrias entre centro e periferia, mas mesmo ali, no centro, as fraturas mostravam-se evidentes. As influências dessa forma de pensar são várias e cumulativas, entre elas cabe citar os influentes livros de Herbert Marcuse, "Eros e civilização" (1955) e "O homem unidimensional" (1964), ecoando a crítica à sociedade de massas da Escola de Frankfurt ou o existencialismo de Jean-Paul Sartre ou, noutro registro, com o diagnóstico radical de Foucault sobre a inseparabilidade entre a as formas sociais e as formas subjetivas da vida social e o que há, nelas, de controle e disciplina, como já se anunciava nos seus influentes trabalhos publicados nos anos 1960, mas principalmente em "Vigiar e Punir", ou no desenvolvimento ulterior das articulações entre segurança, território e população, produzida nos seus cursos no Collège de France (Foucault, 1975, 1978) .

A virada decisiva em direção a uma sociologia do território ocorreu com Henri Lefebvre que, em A Produção do Espaço (1974), argumentou que o espaço não é um recipiente neutro, mas um produto social ativamente constituído pelas relações de poder e pela acumulação capitalista. Para ele, a urbanização não era apenas uma transformação morfológica, mas uma dimensão central da reprodução do capital, na qual o espaço se torna mercadoria e instrumento de controle. Lefebvre (1999; 2010; 2000) capturou bem o espírito da época e o traduziu em suas obras, dando forma a algo que se converteria em uma espécie de slogan, este até hoje presente no pensamento social aplicado ao fenômeno urbano: a ideia de "direito à cidade". A sociedade industrial representava o ápice do desenvolvimento capitalista. Mas seu sucedâneo não seria a sociedade socialista, pois àquele mesmo momento, a versão industrial do chamado socialismo real havia produzido o autoritarismo soviético. Em Lefebvre, a sociedade industrial seria sucedida pela sociedade urbana. O campo de lutas se deslocaria então das reivindicações típicas da sociedade salarial, para uma sociedade de direitos, e, em um mundo urbanizado e industrializado, na disputa pelo *locus* central das decisões e da vida social: as cidades. Não mais a produção do valor, mas a produção do espaço, sob uma urbanização extensiva, envolvendo todos os demais tipos de espaços, passaria a ser preocupação central, pois ali estaria a fronteira de ampliação das possibilidades das pessoas, para além do mundo do trabalho (Lefebvre, 1999).

Ocorre que nesse mesmo momento ocorria uma outra mudança que escapou a esse quadro interpretativo de Lefebvre: a sociedade industrial dava lugar a uma sociedade pós-industrial. O capital produziria o desemprego estrutural e a disputa no mundo do trabalho continuaria tendo centralidade na virada para o século XXI, embora em bases bem mais desfavoráveis aos trabalhadores. Castells (2020) compreendeu bem o sentido dessa mudança e, em alusão ao livro clássico de Kautsky, *A questão agrária*, publicou nos anos 1970 um livro que se tornaria também clássico: *A questão urbana*. Nos marcos de uma sociedade na qual o pleno emprego vinha deixando de existir, as disputas se deslocariam para a reivindicação por uma espécie de salário indireto, materializado na luta pelo direito à habitação e a outras condições para a reprodução da vida social que agora não seriam mais providas pelas empresas, via salários, em função do desemprego estrutural, e sim pelo Estado. A população marginalizada, e não mais o operário industrial, se converteria então em agente das transformações. A organização do espaço urbano, e nele, a atuação do Estado, voltavam a ganhar centralidade; uma visão convergente com a leitura de Lefebvre sobre o urbano e as cidades, mas adaptada aos moldes marxistas daquela etapa do pensamento de Castells. Suas análises estavam fortemente marcadas também pela tentativa de produzir uma explicação coerente com as condições de mudança social na América Latina, onde viveu, que não havia se convertido completamente em uma região industrializada e, como tal, não poderia produzir o movimento operário revolucionário clássico.

Anos mais tarde Harvey (2005) introduziria aí mais um elemento. Desta vez, em alusão ao livro de Lefebvre, *A produção do espaço*, Harvey resgatava a centralidade

do componente capitalista na explicação das dinâmicas do mundo contemporâneo e introduzia esse adjetivo no título de seu livro*: A produção capitalista do espaço.* Um de seus principais argumentos recuperava algo de Marx, em especial sua explicação sobre a renda da terra, que havia sido secundarizado mesmo pela tradição marxista ao longo do século XX. Se no auge do capitalismo industrial os marxistas acreditaram que a terra havia perdido centralidade como fator de produção e se concentraram nos demais fatores, capital e trabalho, eis que no capitalismo pós-industrial o espaço voltava ao centro da dinâmica de acumulação, se convertendo em nova fronteira de realização do valor, transformando-se, também ele, em mercadoria por excelência e em fator de diferenciação na produção das rendas - crises de acumulação são resolvidas através de investimentos espaciais, como infraestrutura, gentrificação, frentes de expansão de fronteiras. A revolução introduzida com as novas tecnologias da informação e dos transportes havia rompido a rigidez que as distâncias até então impunham à hierarquização do espaço. A chamada acumulação flexível permitiu a disseminação de processos de deslocalização e relocalização de empresas e fluxos demográficos que tornaram o espaço um fator ativo da dinâmica econômica e social de forma relativamente inédita deste o advento do capitalismo.

Algo da explicação de Harvey já podia ser encontrado também, e mesmo antes dele, em uma geração das mais ricas análises sobre a questão urbana, regional e rural na América Latina. No Brasil ela reuniu um grupo de intelectuais – sociólogos, economistas, urbanistas – reunidos na Universidade de São Paulo e no Cebrap nos anos 1970 (OLIVEIRA, 2003; SINGER, 1973; KOWARICK et al., 1975; MARICATO, 1979). Eles mostravam como, diante da impossibilidade de fazer do processo produtivo a principal fronteira de valorização do capital, no Brasil este se valia da produção da periferia como vetor de acumulação – seja sob a forma da incorporação de novas áreas ao mercado imobiliário, ou viabilizando condições de superexploração da classe trabalhadora que vive nessas periferias, por exemplo, por meio da autoconstrução de moradias em vez da reivindicação por salários melhores o suficiente para viabilizar o pagamento pela habitação. E com dois outros avanços em relação à literatura da época: havia em algumas dessas obras uma crítica à forma como o Estado na periferia do capitalismo havia se convertido em instrumento capturado por elites associadas ao capital internacional, evidenciando os limites do desenvolvimentismo clássico; e havia também uma complexificação da leitura de Castells sobre as condições para a transformação social, pois a produção da periferia mostrava-se funcional à acumulação capitalista, e não uma ameaça a ela. No campo da sociologia rural, os trabalhos de José de Souza Martins (1973) também mostram as combinações entre tradição e modernidade nas frentes de expansão agropecuária. Com nuances, vários autores poderiam ser mencionados para ilustrar o rico panorama da produção latino-americana desta época, explorando questões similares, como os conhecidos trabalhos de Rodolfo Stavenhagen (1969) sobre América Latina e México, ou de José Nun (1969) sobre a capital argentina e outras metrópoles, entre tantos outros. E o panorama não estaria completo sem uma menção à rica tradição de obras clássicas e de um pensamento original latino-americano sobre a questão regional e suas articulações com o subdesenvolvimento, desde a contribuição de economistas como Raúl Prebisch (1949) e Celso Furtado (1958), mas também com a crítica de sociólogos como Fernando Henrique Cardoso & Enzo Faletto (1969) e sua teoria da dependência ou, ainda, com a crítica à razão dualista de Francisco de Oliveira (1973/2003).

Se a dimensão espacial já estava, portanto, sendo alçada ao primeiro plano das ciências sociais na virada para o último quarto do século XX, é em 1977, com a publicação do livro *Tre Italie – la problemática territoriale dello svilluppo italiano*, pelo sociólogo Arnaldo Bagnasco (1977) que o território passa a ser amplamente utilizado como categoria de análise nas ciências sociais aplicadas ao desenvolvimento e, daí, para outros campos como as políticas públicas. Nele o autor se perguntava se haveria, naquele momento marcado pela crise e pelo desemprego que sucederam os "Trinta anos gloriosos" do pós-guerra, localidades que estariam conseguindo gerar empregos e dinamizar suas economias. A resposta foi positiva, mas de maneira surpreendente não se tratava nem do Norte italiano, com sua economia industrial, nem do Sul agrário, onde os custos de produção mais baixos poderiam estar atraindo investimentos, ambas as regiões representativas dos dois arquétipos a partir dos quais sempre se estruturou as leituras sobre tradição e modernidade. A região central da Itália, com economias diversificadas, uma complementaridade entre rural e urbano, e com uma rede de pequenas e médias empresas é que apresentava melhor desempenho. A explicação estaria na maior flexibilidade e adaptabilidade desse seu tecido social e econômico a contextos de crise, ativando laços locais de cooperação, fazendo deles a base para soluções inovadoras, e fazendo da complementaridade entre setores e entre áreas rurais e urbanas um fator de amortecimento de choques externos. Em uma frase: o tecido social dos territórios é o que explicava o dinamismo.

A partir daí, uma geração de estudos passou a pôr ênfase nos fatores intraterritoriais como fundamentais para a explicação do desenvolvimento em um mundo pós-industrial, mesclando influências da literatura neoschumpeteriana sobre inovações e da literatura neomarshalliana sobre distritos industriais. Alguns identificaram esses fatores na dimensão cívica e cultural (PUTNAM, 1993). Outros nas economias de

escopo em oposição às economias de escala típicas da sociedade industrial (PORTER, 2000; PIORE; SABEL, 1984). Outros na capacidade de inovação (MAILLAT; CAMAGNI, 2006; PECQUEUR, 2000). Houve também estudos que enfatizaram, a combinação entre fatores endógenos e o tipo de relações com espaços extralocais (VELTZ, 2012). Essa geração reuniu em torno de um mesmo programa de pesquisas sociólogos, economistas, geógrafos, mas tendo como ponto de partida um elemento comum: o território não é apenas espaço de manifestação de fluxos econômicos ou de dominação externos que nele se realizam – diferente disso, é nas relações sociais produzidas nos (e entre os) territórios que se constitui a essência dos fenômenos contemporâneos.

Esse programa de pesquisas também ganha forma na América Latina, no final do século XX e início do século XXI. Sem a pretensão de esgotar o amplo e diversificado panorama de autores que irão se dedicar a diferentes temas, pode-se mencionar alguns nomes. No Brasil é impossível não lembrar a influência do geógrafo Milton Santos, mas entre os cientistas sociais, os trabalhos de Ricardo Abramovay (2006) e do economista José Eli da Veiga (2002) foram decisivos para influenciar a constituição de políticas territoriais no governo nacional da época, o que favoreceu a disseminação deste debate em vários campos. No Equador, Luciano Martinez (2015, 2017) publicou trabalhos inspirados na sociologia bourdieusiana para analisar transformações territoriais e criou na Flacso um importante programa de pós-graduação especializado na abordagem territorial. Na Argentina, Maristela Svampa (2019) cunhou a expressão “consenso das commodities”, em alusão ao “consenso de Washington”, para dar forma à análise das dinâmicas econômicas e de poder associadas com as formas de uso dos recursos naturais na América Latina, nos marcos de um neoextrativismo. Na Colômbia, Arturo Escobar (2015), em uma perspectiva pós-desenvolvimentista, também exerceu grande influência ao analisar os territórios como espaços de vida. Embora não sejam sociólogos, Júlio Berdegué & Alexander Schejtman (2003) – respectivamente mexicano e boliviano, mas radicados no Chile, publicaram um dos textos mais influentes para a disseminação da abordagem territorial na América Latina, dando forma a um programa de pesquisas colaborativo envolvendo redes de pesquisadores em vários países, vários deles sociólogos, como mostrado a seguir.

Delineamentos contemporâneos – natureza, poder e o território como estrutura social incorporada nos agentes

No período contemporâneo, as abordagens anteriormente apresentadas seguem existindo, com maior ou menor força. Não há, exatamente, uma substituição de velhas abordagens por novas. Ocorre, isso sim, recomposições hierárquicas entre elas. E a esse já vasto panorama se agregam novas perspectivas, cujo traço comum é compreenderem o território como estrutura social ativa, seja como suporte à ação social, ou como estrutura internalizada pelos agentes em suas práticas cotidianas e em suas lutas políticas. Essa coexistência se manifesta em programas de investigação que combinam diferentes matrizes teóricas e se articulam em redes transnacionais de pesquisa em torno de análises que permitam abordar a complexidade dos fenômenos territoriais atuais – da financeirização do espaço à crise ecológica, passando pelo reconhecimento da diversidade de modos de vida. Esta seção esboça, ainda que de forma esquemática e assumidamente incompleta, uma tentativa de classificação envolvendo alguns desses programas de pesquisa.

Um primeiro grupo, numericamente talvez o mais expressivo, retoma a tradição dos conflitos sociais, agora apresentados como conflitos territoriais ou sob a narrativa de justiça socioambiental. Abrangendo uma grande diversidade de abordagens, estas pesquisas ganham maior evidência a partir da crise financeira de 2008, que intensificou a corrida por terras agrícolas, terras raras e minérios estratégicos, especialmente no Sul Global (Svampa, 2019). Esse processo, chamado por alguns autores de *greengrabbing* (Fairhead et al., 2012), ou neoextrativismo verde (Svampa, 2019; Favareto, 2025), vincula-se também com as influências postas por um contexto de mudanças climáticas, o que amplia a disputa por recursos naturais, em um mundo que anseia por trajetórias de descarbonização das economias. Nesse contexto, o território emerge como um nó de contradições: de um lado, a pressão do capital transnacional em busca de “ativos seguros”; e de outro, a resistência de comunidades tradicionais, indígenas e camponesas, que defendem seus modos de vida e suas territorialidades (Fairhead et al., 2012; Svampa, 2019).

Um segundo grupo de pesquisas apresenta afinidades temáticas com os estudos de conflitos territoriais, mas se diferencia por sua ênfase nos modos de vida como expressões da pluralidade e da diversidade típicas de um mundo pós-industrial e em perspectiva anticolonial, para além da clássica oposição entre tradição e modernidade. Inspirados por autores como Escobar (2015) e Blaser (2013) e em conceitos como o de “ontologias territoriais”, esses estudos revelam como práticas locais e saberes tradicionais não são resíduos do passado, mas alternativas de organização socioespacial que coexistem com (e, em certa medida, contestam) a lógica capitalista dominante. Nesta perspectiva, comunidades tradicionais reelaboram criativamente sua inserção na modernidade, produzindo territorialidades híbridas que desafiam as categorias analíticas convencionais. O território é, assim, analisado a partir de sua materialidade

cotidiana – nas relações não-mercantilizadas com a natureza, nos sistemas de conhecimento incorporados e nas dinâmicas de reprodução cultural. Essa abordagem não ignora os conflitos, mas os situa em um marco mais amplo, onde a disputa não é apenas por recursos, mas pela confrontação e coexistência entre diferentes projetos e formas de produção de espaço (De la Cadena, 2015).

Um terceiro eixo de pesquisas contemporâneas tem por objeto central as dinâmicas territoriais e as interdependências entre espaços rurais e urbanos, explorando suas interdependências. Em vez de reafirmar as velhas dicotomias que marcavam a sociologia rural clássica, trata-se de explorar um enfoque relacional, que aborda a pluralidade de caminhos a partir dos quais podem se dar configurações plurais de relação entre estes dois espaços, antes tidos como antagônicos ou mutuamente excludentes. Autores voltados às dinâmicas territoriais da América Latina no início do século XXI, como Berdegué et al. (2015, 2019), Favareto et al. (2015), Martínez (2013) demonstram como os espaços rurais e urbanos se interpenetram e como o "rural", longe de ser um espaço residual, é componente ativo das transformações territoriais contemporâneas, integrando mercados de trabalho, de produtos, de serviços, mas também um mercado de bens simbólicos, reconfigurando a chamada "nova ruralidade", também ela marcada por identidades territoriais cada vez mais plurais (Wanderley, 2009).

Um quarto agrupamento particularmente promissor envolve as abordagens que, derivadas da sociologia de Pierre Bourdieu (1997) e de autores como Loic Wacquant (1993), se concentram nos efeitos do território sobre os habitus e as disposições sociais – o que Bourdieu chamou de efeito-lugar. Nesses autores, o território opera como estrutura incorporada que molda disposições a agir (o habitus bourdieusiano) e oportunidades abertas aos agentes sociais, havendo, portanto, homologias entre o espaço social, o espaço simbólico e o espaço físico por eles ocupado (Peters, 2022). Essas leituras, em continuidade e inovação relativamente a obras clássicas como "Os estabelecidos e os outsiders – sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade", de Norbert Elias e John Scotson (1965/2000), mostram que o território opera, também, como princípio de estigmatização e segregação espacial, cristalizando desigualdades (Wacquant, 2006, 2018), à medida que o simples pertencimento a um território bloqueia ou franqueia possibilidades de interação e acesso a ativos e trunfos necessários à vida social, funcionando, ele mesmo, o território, como uma forma de classificação social. Variações deste tipo de enfoque (Andrade e Silveira, 2013) envolve pesquisas baseadas na ideia de efeito-território, difundida em vertentes como a norte-americana dos "neighborhood effects" (Ellen e Turner, 1997), "efecto vicindário" no Uruguai (Kaztman e Filgueira, 2006), effets territoire na França (Bidou-Zachariasen, 1996) e efeito-vizinhança ou efeito-território no Brasil (Sant'Anna, 2009; Ribeiro, 2008).

Por fim, um conjunto emergente de estudos vem buscando analisar o papel dos tecidos territoriais na implementação de políticas públicas e investimentos privados. Essas pesquisas mostram que intervenções externas (de um grande projeto minerador a um programa social) não "aterrissam" em territórios vazios, mas em espaços carregados de histórias, conflitos e arranjos institucionais específicos e com presença de forças sociais. Esses são fatores que refratam ou, mais precisamente, percolam (Favareto et al. 2015) aquelas forças exógenas ao território, submetendo-as à dinâmica desse espaço e fazendo assim com que elas assumam contornos novos e muitas vezes distintos de seu sentido original. Esse processo de percolação confere ao território papel ativo, mesmo diante da influência das forças externas e em sua interação com elas. Conceitos já estabelecidos, como o de *embeddedness* (Granovetter, 1985) são ressignificados para entender por que e como certas políticas falham enquanto outras alcançam êxito ou, ainda são adaptadas e ressignificadas em diferentes territórios. Partindo da ideia de que os atores locais interpretam e ressignificam intervenções externas, produzindo resultados imprevistos, essa abordagem é particularmente relevante para entender fenômenos como a difusão desigual do agronegócio ou os impactos diferenciados de grandes obras de infraestrutura (Lotta e Favareto, 2022), ou ainda para compreender como se constitui e como funciona o espaço de discricionaridade exercido por funcionários de governos na implementação de políticas públicas (Ayuero, 2020; Lotta, Lima-Silva, Favareto, 2021), por exemplo.

Considerações finais

Desde os clássicos até autores contemporâneos, o território se afirmou como eixo indispensável para entender dinâmicas de poder, desigualdades e identidades no mundo moderno. A expressão *spatial turn* (Soja, 1989) ou giro territorial (Favareto, 2024) nomeia essa relevância que a noção de espaço alcançou nas ciências humanas e sociais a partir de então. Mais que isso, essa retomada e essa revalorização se fizeram acompanhar de certa ressignificação quanto à posição dos territórios ou, ao menos, do fenômeno espacial, conferindo a essa dimensão do real um papel mais substantivo comparativamente à tradição que dominou seu tratamento no decorrer do século passado. Menos evidente é a resposta para a pergunta lançada na introdução deste texto: esse reposicionamento se traduz em inovações epistemológicas como novos conceitos ou aparatos teóricos coerentes com esse estatuto revisitado ou trata-se de uma abordagem renovada que,

no entanto, se apoia essencialmente em ferramentas analíticas já estabelecidas nos quadros interpretativos das ciências humanas e sociais e, nesse caso particular, de uma de suas disciplinas, a sociologia?

Este texto não oferece uma resposta cabal a esta pergunta. Em seu lugar, propõe uma hipótese, a ser retomada e testada em estudos de maior fôlego. O que parece estar ocorrendo é uma transição de paradigmas. Por um lado, há uma tentativa de produzir novas categorias de análise, mas muitas delas derivadas da adaptação de conceitos já estabelecidos – umas mais ambiciosas, outras nem tanto – a um enfoque que permita conferir um caráter mais ativo e substantivo aos territórios e seus componentes – é o que ocorre com a ideia de efeito-território; ou com a substituição de adjetivos, como no caso dos conflitos territoriais; ou com a introdução de prefixos como na ideia de um neoextrativismo; ou com os usos do território como categoria-síntese, o que permite operar com uma unidade entre distintos domínios, como rural e urbano, sistemas sociais e sistemas naturais, local e extra-local. Por outro lado, essas inovações parciais se fazem nos marcos de teorias já estabelecidas, gerando certa tensão entre a emergência de fenômenos empíricos relativamente novos ou de interesse e sob olhar renovados, e marcos interpretativos que foram formulados em outro contexto. Como novos enfoques não significam o mesmo que novas teorias, essa tensão talvez só possa ser bem equacionada com um grau mais elevado de inovações, próximo ao que se poderia chamar de uma verdadeira teoria territorial. E o que parece estar bloqueando esse tipo de emergência é o fato de que, se território é uma categoria síntese de processos multidimensionais, uma tal teoria precisaria mobilizar elementos historicamente confinados a tradições disciplinares que se especializaram no tratamento de cada uma dessas dimensões – a cultura, a economia, o poder, a natureza. Dito de outra forma, o futuro do território como conceito depende de que sejam refeitas as fronteiras disciplinares erguidas no período de afirmação das ciências humanas e sociais – em uma quase ironia, trata-se, enfim, de romper e reconfigurar os territórios disciplinares para fazer emergir uma teoria territorial que possa se beneficiar e se apoiar em diálogos e complementaridades interdisciplinares. Eis aí uma promissora agenda de pesquisas e de práticas científicas.

Referências

ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In MANZANAL, Mabel; Guillermo NEIMAN e Mario LATTUADA (2006) – Desarrollo rural – Organizaciones, instituciones y territorios, Ediciones Ciccus, Buenos Aires pp. 51-70. 2006.

ANDRADE, L. T.; SILVEIRA, L. S. Efeito-território: explorações em torno de um conceito sociológico. Civitas, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 381-402. 2013

AYUERO, J. Patients of the State: The Politics of Waiting in Argentina. Duke University Press. 2020

AZEVEDO, A. R.; VARGAS, H. M. Os efeitos de lugar segundo Pierre Bourdieu: desigualdades geográficas de acesso à educação superior no Estado do Rio de Janeiro. Anais da 41º Reunião Nacional da Anped. Manaus, outubro de 2023.

BAGNASCO, A. Tre Italie – la problematica territoriale dello svilluppo italiano. Torino: Il Mulino. 1977.

BERDEGUÉ, J. et al. Conceptualizing spatial diversity in latinamerican rural development: structures, institutions and coalitions. World Development, v. 73, p. 1-10, 2015.

BERDEGUÉ, J.; FAVARETO, A.; CHRISTIAN, C. Quince años de desarrollo territorial rural: que nos muestra la experiencia? Buenos Aires: Teseo Editorial, 2019.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. Classes populaires et classes moyennes en centre rénové. In: HAUMONT, N. (Org.). La ville: agrégation et ségrégation sociales. Paris: L'Harmatan, p. 131-142.1996.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. [et al.]. Retours en ville: des processus de "gentrification" urbaine aux politiques de "revitalisation" des centres, Paris, Descartes. 2003

BLASER, M. Ontological Conflicts and the Stories of Peoples in Spite of Europe. Current Anthropology, Vol. 54, No. 5 (October), pp. 547-568. 2013.

BOURDIEU, P. "Le champ scientifique". Actes de la Recherche in Sciences Sociales, Vol. 2, nº 2-3, 88-104. 1976.

BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. (Coord.) A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo, Porto Alegre: Edusp, Zouk, 2007. CASTELLS, M. A Questão Urbana. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. Estudos Avançados, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. *Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica.* Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 1969

CASTELLS, M. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1972/2020.

DE LA CADENA, Marisol. Earth Beings. Ecologies of Practice Across Andean Worlds - Durham: Duke University Press. 2015.

DIAS, Fadil Lira. Sociabilidade na Metrópole: as reflexões de Georg Simmel. Laboratório Didático – USP ensina Sociologia. 2012.

DURKHEIM, E. O suicídio. O Suicídio Um Estudo Socio--lógico Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1897/1982.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987. 1895/1987.

DURKHEIM, E. A divisão do trabalho social. Trad. São Paulo: Martins Fontes. 1893/2004.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. *The Established and the Outsiders: A Sociological Enquiry into Community Problems*. London: Frank Cass, 1965. *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1965/2000.

ELLEN, I. G.; TURNER, M. A. Does neighborhood matter? Assessing recent evidence. Housing Policy Debate, v. 8, n. 4, p. 833-866. 1997.

ENGELS, F. The condition of the working class in 1894, Cambridge, Cambridge University Press. 1845/2010.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 35, p. 89-100. 2015.

FAVARETO, A.; KLEEB, S.; GALVANESE, C.; MAGALHÃES, C.; MORALEZ, R.; SEIFER, P.; BUZATO, H.; CARDOSO, R. Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas do Brasil. Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade, n. 1. 2015.

FAVARETO, A.; LOTTA, G. A longa evolução das ideias sobre Estado, políticas públicas e territórios – para além das políticas e abordagens territorialmente cegas. Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais, 24(1). 2022.

FAVARETO, A. O giro territorial e os usos fortes e fracos da associação entre território e políticas públicas. Desenvolvimento Em Questão, 22(61). 2024.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M.; SCOONES, I. Green Grabbing: a new appropriation of nature? Journal of Peasant Studies, volume 39. 2012.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Tradução de Raquel Ramalhete. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1975/2011.

FOUCAULT, M . *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978).* Paris: Gallimard/ Seuil, 2004.

FREHSE, F. U-topias (urbanas) do pensamento sociológico. Estudos Avançados 26 (75). 2012.

FREHSE, F. O espaço na vida social: uma introdução. Estudos Avançados, São Paulo, v. 27 n. 79, p. 69-74, 2013. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68703/71283.

FREHSE, F. Apresentação. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 25, n. 2. 2013

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure. American Journal of Sociology, Vol. 91, No. 3. 1985.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo, Ed. Annablume. 2005.

KAPP, S. De Simmel ao cotidiano na metrópole pós-urbana. In: Robert Moses Pechman (ed.). A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. Las normas como bien público y como bien privado: reflexiones en las fronteras del enfoque AVEO. Montevideo: Universidad Católica del Uruguay, Serie Documentos de Trabajo del Ipes – Colección Aportes Conceptuales, n. 4. 2006.

KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1975.

LEMOS, T. C. A propósito da produção do território. Sociologia urbana e relações de poder na estruturação do território como representação política e científica. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIII, 2012, pág. 51-70. 2012.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1970/1999

LEFEBVRE, H. La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos. 1974/2000.

LEFEBVRE, H. (2010). O direito à cidade. São Paulo: Centauro Ed. 1968/2010.

LOTTA, G.; LIMA-SILVA, F.; FAVARETO, A. Dealing with violence: Varied reactions from frontline workers acting in highly vulnerable territories. Environment and Planninc C – Politics and Space. 2021.

MARCUSE, H. *Eros e civilização: uma investigação sobre Freud, Marx e a sociedade repressiva.* Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1955/2008.

MARCUSE, H. *O homem unidimensional: estudos sobre ideologia da sociedade industrial avançada.* Tradução de Jacob Gorender. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1964/2007.

MARX, K. O Capital: critica da economia política. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1867/1988.

MADRUGA, A. P. A produção dos Espaços dos pobres urbanos, o Efeito de lugar e a questão da moradia, de

1990 a 2010 em Porto Alegre/RS. Anais XIV Enanpur, Rio de Janeiro. 2011.

MAILLAT; D.; CAMAGNI, R. Milieux innovateurs, théorie et politiques. Paris: Anthropos Economica, Paris. 2006.

MARIANO, J.G. & FAVARETO, A. Notas críticas sobre a emergência e evolução do campo dos estudos rurais no Brasil. *Preprint* apresentado no GT "Ruralidades contemporâneas: desafios teóricos", Encontro Anual da ANPÓCS, 2024.

MARICATO, E. (org.). A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial. Petrópolis: Vozes. 1979.

MARTÍNEZ VALLE, L. Asalariados rurales en territorios del agronegocio: flores y brócoli en Cotopaxi. Quito: Flacso, 2015.

MARTÍNEZ VALLE, L.Agrobusiness, peasant agriculture and labour markets: Ecuador in comparative perspective. Journal of Agrarian Change, Hoboken, v. 17, n. 4, p. 680-693. 2017.

MARTINS, J. S. *Expansão da fronteira agrícola e dinâmica social no Brasil.* São Paulo: Hucitec, 1973.

NUN, J. La masa marginal: un estudio sobre exclusión social en América Latina. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1969.

OLIVEIRA, F. Crítica a razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Ed. 1973/2003.

PARK, R. La ville comme laboratoire social. In Isaac Joseph e Yves Grafmeyer, L'École de Chicago, Paris, Flammarion, pp. 167-183. 1929/3004.

PECQUEUR, B. Le Développement local. 2. ed. Paris: Syros, 2000.

PERROUX, F. Note sur la notion de pôle de croissance. Economie Appliquée, n. 1-2, Janvier-Juin. 1957.

PETERS, G. A caminho da cidade: momentos decisivos na teorização do espaço geográfico em Bourdieu. Sociedade E Estado, 37(03), 1003–1025. 2022.

PIORE, M.; SABEL, C. The second industrial divide – possibilities for prosperity. New York: Basic Books. 1984.

PREBISCH, R. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. CEPAL, Santiago de Chile, 14 de maio de 1949.

PORTER, M. Location, Competition, and Economic Development: Local Clusters in a Global Economy. Economic Development Quarterly. V. 14. (1). 2000.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. São Paulo: Ed. da FGV, 1993.

RIBEIRO, L. C. Q. Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito de lugar a partir de um enclave urbano. VeraCidade, Salvador, v. 3, n. 3, p. 1-21. 2008.

SANT'ANNA, M. J. O papel do território na configuração das oportunidades educativas: efeito escola e efeito vizinhança. In: CARNEIRO, S. de S.; SANT'ANNA, M. J. G. (Orgs.). Cidade: olhares e trajetórias. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. Desarrollo territorial rural Documento de Trabajo, RIMISP, Santiago/Chile, 2003.

SCHROER, Markus. "Bringing Space Back In: Zur Relevanz des Raums als soziologischer Kategorie". In: döring, Jörg & thieLmann, Tristan (orgs.). Spatial Turn: Das Raumparadigma in den Kultur- und Sozialwissenschaften. Bielefeld, Transcript, pp. 125-148. 2008.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. In: Mana, Rio de Janeiro, vol.11, n.2, out. 2005, p. 577-591. 1903/2005.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida do espírito. In: FORTUNA, Carlos (Org). Cidade, cultura e globalização. Oeiras: Celta Editora, 1997. p. 31-44. 1903.

SINGER, P. Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense. 1973.

SOJA, E. W. Postmodern geographies. London; New York: Verso, 1989.

STAVENHAGEN, R. *Las clases sociales en las sociedades agrarias.* Ciudad de México: Siglo XXI Editores. 1.ª ed., 292 páginas. Colección *El Mundo del Hombre: Sociología y Política. 1969*

STAVENHAGEN, R. *Capitalismo y campesinado en México*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia / Centro de Investigaciones Superiores, 1976.

SVAMPA, M. Las fronteras del neoextractivismo en América Latina. CALAS, 2019.

TAPIE, G. Sociologia do espaço: modelos de interpretação. Sociologias, Porto Alegre, ano 20, no 47, jan/abr 2018, p. 370-391. 2018.

TOPALOV, C. Sociologie d'un étiquetage scientifique: Urban Sociology. In L'Anée Sociologique, vol. 58, nº 1, 203-234. 2008.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. Interações: revista internacional de desenvolvimento local, v. 3, n. 5, p. 5-19. 2002.

VELTZ, P. Des lieux et des liens - Essai sur les politiques du territoire à l'heure de la mondialisation. Paris: Ed. de l'Aube. 2012.

WACQUANT, L. Da América como utopia às avessas. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). A miséria do Mundo. RJ: Ed. Vozes, 1993. p. 167-175. 1993.

WACQUANT, L. Parias urbains: ghetto, banlieues, État, Paris, La Découverte. 2006.

WACQUANT, L. Bourdieu comes to town: pertinence, principles, applications. International Journal of Urban and Regional Research, v. 42, n. 1, p. 90-115. 2018.

WAIZBORT, L.. As aventuras de Georg Simmel. São Paulo: Editora 34. 2000.

WANDERLEY, M. N.. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agri-cultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009.

WEBER, M. Economía y sociedad. Tradução de José Medina Echavarría, Juan Roura Parella, Eugenio Ímaz Echeverría, Eduardo García Máynez e José Ferrater Mora. México: FCE. 1944/1921.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: FORTUNA, Carlos (Org). Cidade, cultura e globalização. Oeiras: Celta Editora. 1938/1997.